

O grande plano gnoseológico: comunicação e conhecimento¹

Potiguara Mendes da Silveira Jr.²

Resumo: Pensando a teoria da comunicação e sua interface com a psicanálise, expõem-se as bases teóricas de um novo campo, chamado Gnômica, para considerar a produção do conhecimento mediante a configuração de um grande plano gnoseológico com pólos e campos de atração das formações constituintes de tudo que há. O objetivo é trabalhar a hipótese: a teoria da comunicação depende de uma teoria geral dos vínculos.

Palavras-chave: teorias da comunicação; epistemologia; psicanálise

Abstract: Considering communication theory and its interface with psychoanalysis, this paper describes the theoretical basis of a new field called Gnomics, in order to research on knowledge production by means of the design of an all encompassing gnoseological plan with poles and attraction fields of the constitutive formations of all that exists. The main hypothesis is: communication theory depends on a general theory of bonds.

Keywords: communication theories; epistemology; psychoanalysis

O contemporâneo

Moderno, modernização e modernidade podem significar muita coisa, dependendo de quem discorre sobre seus sentidos. Entretanto, parecem ter em comum o fato de dizerem respeito à “ruptura na passagem regular do tempo”; a definirmos, “por contraste, um passado arcaico estável” (Latour [1991]: 15); a pensarmos num “racionalismo” ligado a um “processo de desencanto” ou “profanização da *cultura* ocidental” (Habermas [1985]: 13, referindo-se a Max

¹ Artigo apresentado no 1º. Colóquio “Comunicação e conhecimento”, do Projeto “Crítica Epistemológica: Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pesquisa em Comunicação” (Procad / Capes, 2008: PPGCOMs da Unisinos, UFJF e UFG), realizado dia 06 de novembro de 2008, no VI Encontro Regional de Comunicação da UFJF.

² Professor (Faculdade de Comunicação e PPGCOM / Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF). Doutor (Eco / UFRJ). Pós-Doutor (CECL / Universidade Nova de Lisboa). Psicanalista (NovaMente / RJ). Co-líder do grupo de pesquisa *ETC - Estudos Transitivos do Contemporâneo* e membro do *Comunicação e Tecnologias* (CNPq). Participa do projeto Procad/Capes descrito na nota anterior.
Email: potiguaramsjr@uol.com.br – Homepage: www.novamente.org.br

Weber); a situarmos um ponto de transição da Idade Média para a Idade Moderna no que ocorre por volta de 1500: “a descoberta do ‘Novo Mundo’, (...) o Renascimento e a Reforma” (*idem*, pág. 16-17); e mais, à suposição de que “o novo mundo, o mundo moderno, se distingue do antigo pelo fato de se abrir ao futuro” (*idem*, pág. 18, referindo-se a Hegel). A modernidade, sobretudo a partir do final do século 17, se caracterizaria por procedimentos de purificação e de separação que, por um lado, promoveram tudo que chamamos progresso, mas, por outro, não só não puderam suprimir como aceleraram as traduções, mediatizações e hibridizações que ela supostamente deveria excluir para estabelecer-se como tal, isto é, como moderna (racional e nova).

Conseqüências desta aceleração são o que vemos ocorrer em nosso entorno econômico, cultural, social ou individual, se é que estes termos ainda designem esferas distintivas ou que fronteiras entre eles sejam discerníveis. Se a geometria pode ser tomada como “arquétipo da mente moderna” e a grade como seu “tropa predominante”, desde o início do século 20 já está bastante evidente que o mundo “não pode ser comprimido dentro de grades de inspiração geométrica”.

Como as hibridizações, refugos e intrusões não cessam de se produzir o tempo todo, desafiando as separações almeçadas pelas grades, pareceu justo considerar que “a ambivalência é, provavelmente, a mais genuína preocupação e cuidado da era moderna, uma vez que (...) ela cresce em força a cada sucesso dos poderes modernos” (Bauman [1991]: 23). Mas, como veremos abaixo, em vez de ambivalência, talvez seja mais preciso pensar no que indica Lionel Trilling em 1966 ao dizer que essa época dá a impressão de “apresentar oscilações de significado até voltar-se para a direção oposta” (*apud* Harvey [1989]: 21).

Isto tem levado os autores a enumerar e descrever figuras ambivalentes, tramas sociotécnicas, e sobretudo reviravoltas e avessamentos que ocorrem a todo momento, se aprimoram, se expandem e se desfazem. A ponto de cunharem o (discutível) termo *pós-moderno* para nomear o inusitado ambiente em que conceitos modernos como “revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito da época” (Habermas [1985]: 18) perdem seus contornos tradicionais ante uma “compressão do espaço-tempo” que desde o último quartel do século 19 teria causado uma “crise da representação” (Harvey [1989]: 237), em que a simultaneidade passa a ser a preocupação de pensadores, estudiosos e artistas, esvaziando-se o anterior sentido do desenrolar progressivo da temporalidade.

A partir de 1910, o espaço entendido como “do senso comum, do conhecimento, da prática social, do poder político (...), na qualidade de ambiente e canal de comunicação”, se mostra irreversivelmente inadequado a continuar funcionando como “sistema de referência” (*idem*, pág. 242)³ para um mundo em contínua e disseminada aceleração da velocidade dos meios de transporte, da reprodução mecânica, da comunicação sem-fio (sobretudo, após o advento do rádio em 1913)...

³ Citando o que diz Henri Lefebvre em 1974.

Comunicação e seu campo

É neste ambiente que surge e se constitui o campo de estudo e pesquisa genericamente denominado *comunicação*, *i.e.*, já em meio à complexidade de redes físicas e imateriais que urgiam novos modos de entender e operar a crescente inseparabilidade entre objetos humanos e não-humanos. Após a Segunda Guerra, o campo se desenvolve e ganha novos contornos, mas permanece situado no entrecruzamento de vários saberes, sem definir com precisão sua autonomia discursiva. Hoje, esta indefinição pode ser vista como proveitosa se a tomarmos positivamente e buscarmos extrair conseqüências do atual panorama do conhecimento, que claramente exige a reavaliação de todos os corpos das teorias produzidas até os anos 1980.

Como vários levantamentos têm sido realizados e sugestões de propostas continuam a ser apresentadas no intuito de apontar diretrizes para o campo da comunicação (p.ex., Martino, 2007 e Lopes, 2003), pretendemos aqui continuar explorando a interface comunicação / psicanálise. O recurso aos achados da psicanálise se justifica por muito terem contribuído para montar e lastrear raciocínios e concepções sobre acontecimentos emergentes⁴, sobretudo aqueles condicionados ou potencializados pela tecnologia em aceleração informacional incontida, pela mídia invasiva como formadora de opinião, pelo espetáculo como meio de domesticação social e política, pela passagem do capitalismo de produção ao capitalismo de consumo (com privilégio do gasto, do imediatismo e da aventura), pela moda como expressão generalizada das identificações e pertencimentos, pelo crescente valor do jovem como segmento publicitário (Silveira Jr., 2006: 152), pela “crise” dos paradigmas, fundamentos e grandes narrativas legitimadoras do conhecimento, pela derrocada do estruturalismo como abordagem exclusivamente simbólica dos fatos, etc.

Tomaremos, então, o que a psicanálise atual apresenta como *Gnômica* (Magno [1991]: 96, e [2000/2001]: 59-95), campo de pesquisa sobre as condições e desempenhos da produção do conhecimento (científico ou outro) no sentido de mapear as *formações* (pensamentos e coisas), suas relações, jogos, encaixes e resultantes. Sua especificidade está no recurso a uma *hiperdeterminação* (*cf.* abaixo), que, para além das determinações e sobredeterminações, é tomada como condição *sine qua non* do processo da criação e do advento do conhecimento novo.

O modo de operação da Gnômica é a *Transformática*, que se propõe como uma teoria psicanalítica da comunicação (Magno [1996]: 391-428). Como a Gnômica diz respeito à transação entre as formações e também suas transformações, a Transformática é o modo de descrever, acompanhar e intervir nos processos de coleta

⁴ Acrescente-se que a presença da psicanálise no mundo por si só ensejou e fomentou o levantamento de muitas das questões que marcaram o século 20. Por exemplo, a importância dos processos inconscientes, os esclarecimentos sobre a sexualidade, a descrição da funcionalidade da mente fora de visadas científicas, a operacionalização da transferência como fenômeno vincular genérico e indissolúvel...

e arquivamento das infinitas relações e transposições entre as formações, sempre levando em conta a possibilidade de recurso à hiperdeterminação.

Antes de continuar, vejamos algumas das bases sobre as quais a Gnômica se apóia.

O movimento pulsional e o reviramento

Em [1920], a partir de “material observado” (pág. 80) no trabalho clínico, Freud avança seu conceito mais controverso e incisivo, o de *pulsão de morte* (págs. 55-58). Nesse momento, produz-se um ponto de avanço crucial em sua obra, o qual derroga muitos dos princípios tidos até então como essenciais para a psicanálise, mas que só puderam ser efetivamente reavaliados e abandonados após os anos 1950.

Hoje, é possível ultrapassar o dualismo freudiano pulsão de vida / pulsão de morte e reforçar que o que vem à luz é o conceito puro e simples de *Pulsão* como *força constante e silenciosa que visa unicamente a aplicar-se no sentido de sua própria e total extinção*. É uma concepção que acelera heurísticamente a consonância, já presente em Freud, com a segunda lei da termodinâmica (permanente crescimento da entropia), e estende o alcance da pulsão para além do psiquismo no sentido de abranger tudo que há, o Haver (homem e cosmos).

Postula-se, então, na seqüência, que, quando levado muito longe, esse movimento se depararia com uma radical impossibilidade de extinguir-se para sempre, não mais haver, como é sua vocação pulsional. Daí resulta uma operação de não-passagem à sua extinção, ou a seu avesso absoluto, que é chamada *Revirão* (Magno [1982])⁵: o movimento atinge um ponto extremo que o faz revirar-se sobre si mesmo e “retornar” – entre aspas, pois nunca saiu – ao Haver. Além disso, do fato de seu objetivo último não haver resulta que, no momento em que revira, todos os seus componentes se *in-diferenciam* (cf. abaixo).

Afirma-se também que o movimento pulsional vai na direção de uma impossibilidade absoluta que passa a funcionar como causa (em vazio) do próprio movimento. Temos, então, um movimento de transcendência sem transcendente, que exclui qualquer idéia de indeterminação – pois se algo há ou pode haver, ainda que em pensamento, está determinado de algum modo – e sofre de uma hiperdeterminação⁶ fundamental e permanente, situada para além (ou mesmo aquém) das sobredeterminações que o fixam nesta ou naquela formação.

⁵ Considera-se o Revirão instalado, de saída, na espécie humana como sua essencial *disponibilidade* (e não obrigação) para reverter, avessar o que quer que lhe seja apresentado. Se é noite, inventa-se luz elétrica; se não tem asas, inventa-se avião...

⁶ Trata-se aí da in-diferença ou in-diferenciação que ocorre no ponto neutro da operação do Revirão, em que as diferenças (não se eliminam, mas) se equivalem e se disponibilizam a uma hiperdeterminação. O que *hiperdetermina* tudo que há, o Haver, em seu movimento de estados e modalizações é sua Causa, que lhe é tão exterior que nem há, mas que nele se inscreve de algum modo e se reinscreve na espécie humana. Estar referido à

Da operação de não-passagem ao lado de “fora” (o qual, mesmo não havendo, é constantemente requerido de “dentro” do Haver), decorre, portanto, uma intransponível imanência, na qual se produz a fragmentação das formações em diferenças, parcialidades, oposições, ambivalências e conseqüentes agonísticas que constituem as rotinas de tudo que existe. Note-se que, no caso da espécie humana, desenha-se um verdadeiro aparelho condenatório para sua situação no mundo: sua requisição fundamental é de impossível e qualquer possibilidade de realização, pelo simples fato de haver, resulta necessariamente em formações menores, decadentes, em relação a essa requisição absoluta (que não há).

As formações

Utilizamos acima o conceito de *formação*, importante para a Gnômica, que trata tudo que há como Formação do Haver: qualquer coalescência, o que quer que se forme ou venha se formar, desde uma pedra à vibração que a teoria física das cordas pretende reconhecer nas partículas elementares. A especificidade da Gnômica é “considerar qualquer dessas formações no mesmo registro, no mesmo âmbito de origem”. O que lhe cabe precisar são “seus materiais, seus modos de produção, suas articulações internas e externas” (Magno [1996]: 391).

Tudo que há são, pois, formações que se dispõem em *jogos de poder* nos quais as formações vencedoras são necessariamente recalcentes de outras que se tornam indisponíveis em dado momento, mas que, antes de serem recalçadas, também tinham possibilidades de manifestação (e, mudada a situação, poderão vir a ter de novo). As formações, pelo simples fato de o serem, são duras, reativas a qualquer tentativa de transformação e sempre entram em luta ante qualquer ameaça de desfiguração ou reconfiguração de sua construção consolidada.

As diferenças, descontinuidades e oposições verificadas no mundo são consideradas apenas efeito do fechamento necessário para que as formações se constituam como tais, não se estabelecendo entre elas uma hierarquia esteada em valores pré-dados, intrínsecos ou definitivos. Assim, em sua última instância, o campo em que as formações (recalcentes e recalçadas) pressionam umas as outras é tomado como absolutamente *homogêneo*. Por isso, afirma-se que é inerente à operação do Revirão o ponto de hiperdeterminação, no qual as oposições se in-diferenciam e que se impõe como possibilidade permanente a tudo que há.

Em suma, tudo que há são formações, inclusive a espécie humana. Como, neste escopo teórico, não é preciso pensar em sujeito ou em subjetividade (*cf.* abaixo), chama-se, então, de *idioformação* (Magno [1995]: 208) qualquer tipo de formação que, tal qual a espécie humana, tenha disponível para si o recurso à hiperdeterminação. É alguém, uma formação tão sintomática e limitada quanto qualquer outra, mas que, pela característica essencial de portar o Revirão, tem esta disponibilidade eventual. Supõe-se mesmo que haja idioformações desconhecidas por

hiperdeterminação é quando se in-diferencia tudo e apenas se exaspera a Diferença última, aquela entre o que há e sua (impossível) extinção absoluta.

nós, pois nada parece impedir que outras formações (de base carbono ou não) do Haver (extraterrestres, por exemplo) sejam igualmente hiperdeterminadas.

Nem *sub*, nem *ob*, mas *ad*

Vejam agora o que, a partir da Gnômica, podemos dizer sobre duas categorias cujos contornos, apesar de bastante criticados, ainda vigoram quase intocados nos modelos de análise propostos ou indicados para a situação contemporânea de produção do conhecimento: sujeito e objeto.

Desde Platão, divisões entre corpo / mente, matéria / alma, res extensa / res cogitans, natureza / cultura, sujeito / objeto têm balizado o pensamento ocidental. Em nossa época, estas divisões vêm paulatinamente se desfazendo à medida que, cada vez mais, mostra-se o sucateamento de sua manutenção como reguladoras da possibilidade de pensar. É René Descartes (1596-1650) quem reforça as idéias de sujeito (*sub-jectum*) e subjetividade, herdeiras e proliferadoras dessas divisões, ao propor a “dúvida metódica” como capaz de gerar uma certeza. Diz ele, inicialmente: “se duvido, logo penso”. Esta *dubitatio* teria uma função suspensiva e passaria a servir como princípio para fundar toda a possibilidade de certeza no pensamento. Depois, diz que “se penso, logo sou”, criando assim um sujeito reflexivo passível de apreender-se psicologicamente em distinção nítida para com a realidade das substâncias extensas.

Sabemos hoje que a dúvida metódica a que Descartes se refere – retirada, aliás, de Santo Agostinho (354-430): “se me engano, então sou” – nada suspende e é apenas uma solução dada à “dubitação necessariamente obsessiva do aparelho psíquico” (Magno [1995]: 168). Não se trata de neurose obsessiva neste caso, e sim de que esta dúvida decorre da possibilidade que, como vimos, o psiquismo tem de avessar, *i.e.*, dizer um *não* ao que quer que lhe seja colocado. Mas é nesta sopa preparada por Descartes que se embebem, direta ou indiretamente, várias outras concepções de sujeito – sujeito transcendental (Kant), sujeito barrado (Lacan), subjetividades (Deleuze) –, que, por mais abstrações que promovam, não conseguem se desvencilhar do aspecto de ego psicológico necessariamente sintomatizado, lateralizado, por formações cuja força decorre apenas de poderes conseguidos em dado momento⁷.

Sujeito não é uma categoria da Gnômica. Para ela, conhecimento é simplesmente o resultado das transações entre as formações que ocorrem no Haver, sem obrigatoriedade da presença de sujeito aí, pois simplesmente “algo se anota quando algo se dá” (Magno [2000/2001]: 72). Por isso, introduziu-se o conceito de idioformação, não para substituir a idéia de sujeito ou mesmo de indivíduo, e sim para nomear uma formação complexa afetada pela hiperdeterminação, ou seja, pela disponibilidade à in-diferenciação. Se há o fato bruto de o conhecimento se explicitar somente com a participação de alguém assim aparelhado ou de alguma formação

⁷ Parágrafos retomados do que foi exposto em (Silveira Jr., 2006: 97).

preparada por alguém com este propósito, isto apenas “implica que há necessidade dessa participação, mas não que seja desse alguém a produção” (Magno [1998]: 75).

A idioformação não é a sede, e sim a condição *sine qua non* de o conhecimento emergir e *registrar-se* enquanto tal (e não “representar” alguma realidade que, de outro modo, restaria inefável). Portanto, registra-se “porque há alguém, alguma relação de formação de uma época qualquer” (*idem*, pág. 76). A idioformação é uma formação que pode chamar-se de Eu, mas o que pode ser chamado de Eu está necessariamente apenso a conexões de momento, que dependem de uma rede infinita de emergências que jamais se conseguirá mapear por inteiro. Eu é algo que apenas pode referir-se continuamente às próprias transformações por que passa, e jamais tomar-se como garantia de ser sede única do pensamento. Como dissemos, o que interessa é o jogo das formações – entre as quais, pode estar uma ou mais idioformações – que pressionam, se articulam e necessariamente configuram situações em função dos próprios processos em jogo.

Se não há necessidade de sujeito, conseqüentemente não é preciso pensar em algo que se ponha diante dele (*ob-jectum*). Com isto, elimina-se tanto a distinção quanto a oposição sujeito / objeto. E uma vez que operamos com a categoria de Haver, então “o que quer que haja está de algum modo jetado diante do que quer que haja” (*idem*, pág. 75). Para a Gnômica, tudo é ad-jetivo: tudo está jogado ao lado de tudo. E tampouco há um *noumeno* que estaria por trás do fenômeno. São hábitos ocidentais que, a continuarem em uso, só impedirão um entendimento importante para nossa contemporaneidade: o que temos são formações em transação entre si, reciprocamente, resultando em “gravações, impressões, replicações, clonagens, etc.” (*idem*, pág. 78).

São formações umas ao lado das outras, umas considerando as outras. “Na medida em que afetam as formações do lado de cá, podem dar a impressão de que eu estou *sede* dessa funcionalidade, mas é um efeito como outro qualquer”, trancado segundo os fechamentos dos arquivos, em sentido computacional, ali em jogo (Magno [2000/2001]: 82). Assim, “o que quer que tomemos ilusoriamente como subjetivo, não passa de ser adjetivo” (*idem*, pág. 558).

O grande plano

A conseqüência é, pois, operarmos o tempo todo num campo, como dito acima, tomado como homogêneo e segundo o jogo de formações adjetivas. Trata-se de um campo geral dos conhecimentos que é “homogêneo do ponto de vista de sua elementaridade, de sua constituição formal”, no qual não cabem oposições do tipo dentro / fora, sujeito / objeto, consciente / inconsciente, ou fronteiras entre campos de conhecimento. O que interessa é “imaginar e designar distintamente, nesse campo homogêneo, o que chamamos de *pólos* ou *atratores*”. Recusar fronteiras “não significa que ali não haja diferença, pois o princípio de diferença não elimina o princípio de homogeneidade das diferenças no campo já estilhaçado, fractalizado, do Haver, dada a impossibilidade de passar a não-Haver”. Os pólos acontecem, “são

atratores de determinadas formações do Haver e constituem macroformações ao seu redor, criando campos de atração em torno deles” (Magno [1996]: 105).

Podemos, então, pensar em campos chamados arte, filosofia, ciência, religião, psicanálise, etc. No caso deste último, é um campo que se especifica por organizar-se em torno do pólo chamado Revirão, o qual se caracteriza por funcionar segundo o processo de indiferenciação mencionado acima. Então, para situar a questão da produção do conhecimento e apontar um modo que estimamos produtivo para o pensamento sobre a comunicação, buscamos exemplarmente apresentar esse modelo que explicita que a psicanálise não é arte, filosofia, ciência ou religião e nem se preocupa em ser, pois o que lhe cabe é impor-se como campo gravitacional do que ocorre em torno do atrator definido como Revirão. E mais, no campo que assim toma forma, ela pode reconhecer nos diversos outros campos uma perene recorrência do processo de Revirão⁸.

Isto justamente possibilita à psicanálise lançar mão do que se produz nos outros campos, mas o tratamento que dará a estas produções será específico de seu campo (cuja tarefa é a produção múltipla e perene do Revirão, que é seu pólo). Dito de outro modo, a tarefa precípua de sua prática é desfazer recalques que estejam impedindo a operação do Revirão, e, para tanto, pode se utilizar do que quer que haja (produções artísticas, filosóficas, científicas...) segundo o protocolo do mesmo Revirão.

Em suma, a idéia que importa ressaltar é de que há um *grande plano* com pólos de atração, ao redor dos quais criam-se campos, com zonas de interferência que se formam em torno dos pólos. E

não se sabe de antemão com que força, ou com que conteúdo, as zonas se organizam. Sabemos que, a partir de certo encaminhamento, com centro num dos pólos, para o campo ao seu redor, já [ocorrem] misturas mais ou menos saturadas com os pólos circunjacentes, e mesmo com pólos mais distantes, pois nada impede que cada campo de atração de cada pólo seja infinitamente grande (Magno [1996]: 106).

O que há, então, a fazer é inquirir qualquer construção teórica sobre qual pólo constitui seu campo de gravitação e que influências e interferências sofre de outros pólos, por mais distantes que estejam. Por aí, possibilita-se “constituir um vasto *campo gnoseológico* de observação sempre movente [...] da ocorrência discursiva universal” (*idem*, pág. 107).

Entender o grande plano assim constituído é importante para nós, pois a pergunta que então se delineia é: se há um campo que pode ser chamado

⁸ Por exemplo, na *arte*, o que Marcel Duchamp traz como *readymade*, cuja escolha se baseia na “ausência total de bom ou mau gosto”, *i.e.*, na “indiferença visual” (Cabanne [1966]: 84); na *filosofia*, as mutações chamadas de corte epistemológico por Gaston Bachelard, ou de novo paradigma por Thomas Khun; na *ciência*, propostas como a dos quanta, por Max Planck, que regionalizam as leis da mecânica newtoniana; na *religião*, o advento do cristianismo no seio do judaísmo, e, atualmente, a queda da referência ao nome do pai, que, por sua vez, coloca em crise os fundamentos do cristianismo, etc.

comunicação, em torno de que pólo está situado? Isto parece-nos encaminhar de outro modo pontos de impasse que vemos levantados pelos pesquisadores da área. Por exemplo, quando se quer situar o campo no âmbito de uma “transdisciplinaridade”, que colocaria

a necessidade de transbordar as disciplinas para um tipo de conhecimento capaz de dar conta tanto da multidimensionalidade dos problemas de sociedade, como também de começar a pensar a partir do mundo produzindo saberes de caráter atópicos, cujo lugar é o ‘sem lugar’ já que não temos neste momento forma de situá-los em nenhuma das disciplinas (Lopes [2007]: 14).

Ou então, quando, segundo “um projeto mais ético do que epistemológico”, busca-se enquadrá-lo numa “ciência que vá muito além do sujeito e fique aquém do objeto”, entendendo-se ciência “como interpretatividade de um processo comunicativo numa relação transdisciplinar” (Ferrara, 2003: 64). Por que não deixar de lado as idéias de disciplina e interpretação – aliás, já bastante criticadas por muitos – e pensar em pólos e campos de atração?

À guisa de conclusão

O que apresentamos acima visa explicitar a idéia de campo com que trabalhamos e dar a conhecer nosso objetivo de pesquisa. Neste artigo, o objetivo não é delimitar um “campo da comunicação”, ou mesmo pensar “a fundamentação de um saber comunicacional” (Martino, 2003: 71), e sim pesquisar sobre o que possa se configurar como teoria genérica da comunicação.

É, pois, no intuito de entender o processo da comunicação e visualizar uma teoria da comunicação mais abstrata possível que temos explorado a hipótese: a teoria da comunicação depende de uma teoria geral dos vínculos como garantia para a eficácia analítico-descritiva de suas categorias, postulados e observações. Hipótese que se desenvolve no âmbito do que foi apresentado como modo de operação da Gnômica, a Transformática, sobretudo aplicando a idéia de hiperdeterminação, que, como esperamos ter mostrado, não consta de outros projetos de abordagem da produção do conhecimento, mas que se coloca pela via pulsional.

Como dissemos no item 2, a Transformática se propõe como teoria psicanalítica da comunicação e se justifica, entre outras coisas, pelo fato de nosso século já ter abandonado qualquer sonho de conhecimento purificado e superior, coisa que ocorreu não por efeito do que foi chamado por Z. Bauman de “ambivalência” (*cf.* item 1), e sim do que – mais próximos do que diz L. Trilling sobre a modernidade “apresentar oscilações de significado até voltar para a direção oposta” – queremos melhor chamar de processos de in-diferenciação dos acontecimentos, que vêm ocorrendo e se proliferando incontroladamente ao nosso redor.

Para finalizar este breve relatório do aparelho teórico usado em nossa pesquisa, endereçamos alguns pontos que serão trabalhados posteriormente: os regimes vinculares de tudo que há; a regência referencial a um Vínculo Absoluto para dar conta dos processos, desempenhos e transações das idioformações (e

conseqüentemente da espécie humana); os regimes de recalque, dado que se postula que há o Haver e nada há fora dele; o princípio em espelho da organização da mente; o campo transferencial genérico e generalizado em que ocorre tudo que há; as conseqüências de uma teoria assim pensada para a política, o direito e a ética, etc.

Trata-se de um percurso cujos avanços e impasses esperamos poder compartilhar com os colegas da área.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. [1991] *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CABANNE, Pierre. [1966] *Entretiens avec Marcel Duchamp*. Paris: Pierre Belfond, 1967.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Epistemologia da Comunicação: além do sujeito e aquém do objeto. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 69-101
- FREUD, Sigmund. [1920] *Além do Princípio de Prazer*. ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-85
- HABERMAS, Jürgen. [1985] *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HARVEY, David. [1989] *A Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- LATOUR, Bruno. [1991] *Jamais Fomos Modernos; ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994. Trad.: Carlos Irineu da Costa
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. [2007] *Comunicação, Disciplinaridade e Pensamento Complexo*. In: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_221.pdf
_____. (org). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MAGNO, MD. [2000/2001] *Revirão 2000/2001: "Arte da Fuga" e Clínica da Razão Prática*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2003.
- _____. [1998] *Introdução à Transformática*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2004.
- _____. [1996] *"Psychopathia Sexualis"*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.
- _____. [1995] *Arte e Psicanálise: Estética e Clínica Geral*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2000.
- _____. [1982] *A Música*. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- MARTINO, Luiz C. *Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?* São Paulo: Ateliê editorial, 2007.

_____. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 69-101

SILVEIRA Jr., Potiguara Mendes da. *Artificialismo Total. Ensaios de Transformática. Comunicação e Psicanálise*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2006.